

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT11.002

ENSINO MÉDIO TÉCNICO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO E MOBILIDADE SOCIAL DE UM ALUNO DA SEGUNDA GERAÇÃO DE MIGRANTES

Maria Helena de Oliveira Pereira de Carvalho¹
Haydéa Maria Marino Sant'Anna Reis²

RESUMO

No Brasil, as migrações fronteiriças se intensificaram nas últimas décadas provocando demanda por escolarização de crianças e adolescentes filhos de migrantes, e consequente aumento do número de matrículas nas escolas públicas. O fato de nascer ou crescer em um país diferente do de seus pais representa um desafio único, além de uma constante negociação entre culturas. Sendo o ensino médio uma etapa de crescimento e aprendizados, nos interessa descobrir quais são as oportunidades oferecidas por uma formação média de nível técnico, para fortalecer a inclusão, a permanência e a mobilidade social do aluno migrante, em seus diversos contextos. Importa analisar as expectativas e estratégias familiares utilizadas a fim de promover a valorização de seu capital cultural e identificar os principais fatores que influenciam os resultados educacionais e contribuem para o sucesso e a superação de desafios, à luz do conceito de capital cultural, desenvolvido por Pierre Bourdieu, para a análise de aspectos socioeconômicos, culturais, demográficos e raciais que condicionam a visibilidade e invisibilidade na aquisição das oportunidades educacionais. Como procedimento metodológico será adotada a história oral de vida, pois esta permite uma ligação interdisciplinar entre a história, a memória e a identidade, sob a perspectiva de Abdelmalek Sayad sobre as experiências da

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA) da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) – Rio de Janeiro; mariahelenacarvalho@gmail.com

2 Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Saúde (PPGECS) e do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA) da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) haydea.reis@unigranrio.edu.br

segunda geração de migrantes e suas estratégias de resistência e afirmação da identidade cultural. Como colaboradores da pesquisa contaremos com o auxílio de um aluno da segunda geração de imigrantes bolivianos e sua família, suas memórias pessoais, sentimentos, percepções, e modos de estar no mundo, para compreensão das expectativas familiares, da dinâmica social do grupo ao qual pertencem. As discussões sobre os processos migratórios na América Latina e Brasil serão embasadas pelas reflexões formuladas por Bourdieu e Sayad, sobre as conexões entre capitalismo, modernidade e dominação colonial.

Palavras-chave: Migrações fronteiriças, Ensino médio, Formação Técnica, Oportunidades Educacionais.

INTRODUÇÃO

A migração tem sido uma constante na história, representando uma estratégia de adaptação ao meio e de busca por melhores condições de vida. Na América do Sul, esse processo foi profundamente impactado pela colonização europeia, que gerou fluxos populacionais significativos desde o período colonial. Além disso, os movimentos de migração entre as nações independentes sul-americanas se intensificaram a partir do século XIX, principalmente com a chegada de imigrantes europeus em busca de oportunidades econômicas.

No século XXI, os fluxos migratórios na América do Sul se intensificaram, impulsionados por fatores como pobreza, violência e precariedade no trabalho. O Brasil, em particular, tem recebido um número crescente de imigrantes de países fronteiriços, especialmente após a aprovação de acordos que facilitam a mobilidade dentro do Mercosul.

A interdependência das crises políticas e econômicas e o surgimento de questões globais (como população, meio ambiente, desenvolvimento, alimentação, energia, urbanização, instabilidade política) impulsionadas pela globalização e relevantes para a migração, continuam a impulsionar os movimentos populacionais na América do Sul, tanto dentro dos países quanto através das fronteiras internacionais, tornando a mobilidade um fator essencial para o desenvolvimento humano.

Como um processo social complexo, a migração não é simplesmente uma resposta aos desequilíbrios de desenvolvimento ou uma solução para problemas como o desemprego, a pobreza ou o envelhecimento da população. Como tal, a migração e a mobilidade são moldadas por processos mais amplos de globalização, desenvolvimento, transformação tecnológica e urbanização e, por sua vez, contribuem para moldá-los.

Esse aumento migratório trouxe desafios específicos ao sistema educacional brasileiro, especialmente no que diz respeito à escolarização de crianças e adolescentes migrantes. Em relatório divulgado pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) em 2021, apontou que a população migrante ou refugiada em idade escolar, que era de cerca de 10 milhões, saltou para 14,8 milhões, sendo que mais de 7 milhões não conseguiram frequentar a escola. Mais da metade de todas as crianças migrantes e refugiadas – 51% – não frequentavam a escola.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o número de estudantes imigrantes matriculados na rede básica passou de 41.916, no início da década de 2010, para 130.000 em 2020.

No nível secundário, a taxa foi de 41%, sinalizando que continuam a existir barreiras estruturais significativas para estes alunos acessarem o ensino médio, fato que diminui as expectativas de emprego, saúde, independência e liderança e os torna menos suscetíveis a serem inseridos em situações de trabalho escravo.

No conjunto de dispositivos legais existentes no Brasil, a começar pela Constituição Federal 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, 1996) e sobretudo na Lei da Migração (nº 13.445, 2017) fica claro que há direitos universais garantidos pelo Estado, em conformidade com a política internacional de Direitos Humanos. Ainda que paulatinamente, podemos acompanhar nas últimas décadas do sistema educacional brasileiro, o desenvolvimento de programas e projetos destinados ao reconhecimento da diversidade de diferentes grupos, embora ainda não haja a representatividade real de políticas destinadas ao migrante.

No âmbito dos direitos fundamentais, o direito à educação do migrante não se resume ao acesso, e a permanência pode favorecer outros aspectos relacionados à integração e ao bem-estar, resultando em uma trajetória exitosa. Se considerarmos que o abandono escolar é mais evidente entre os jovens de 15 a 19 anos, a possibilidade de acessar e concluir o ensino médio, pode ser fator determinante para o futuro destes jovens e suas famílias.

Para a segunda geração de migrantes, o Ensino Médio Técnico pode representar uma via estratégica de inclusão social e mobilidade econômica. A qualificação profissional oferecida nesse nível educacional é uma oportunidade para superar as barreiras que dificultam o acesso ao mercado de trabalho.

A conclusão do ensino médio pode ser vista como uma conquista básica para alcançar níveis de integração, bem-estar e cidadania. Acessar o ensino médio profissionalizante pode representar para os jovens migrantes uma possibilidade a mais de conseguirem uma educação diferenciada e acesso à subsequentes postos de trabalho, o que pode representar a mitigação das desigualdades de oportunidades e acesso a benefícios nas múltiplas esferas da vida social, afastando-os da exposição a diferentes formas de exploração.

No entanto, também é fundamental questionar em que medida a educação técnica oferecida no ensino médio, em sua estrutura atual, é capaz de atender às necessidades desses alunos, levando em conta as particularidades sociocul-

turais e econômicas que influenciam suas trajetórias educacionais. Diante desses desafios, o artigo busca analisar criticamente as perspectivas oferecidas pelo Ensino Médio Técnico para a segunda geração de migrantes no Brasil, utilizando o conceito de capital cultural de Bourdieu (2007) e as reflexões de Abdelmalek Sayad (1998) sobre as estratégias de resistência e afirmação de identidade.

O objetivo é compreender as dinâmicas sociais que influenciam o sucesso educacional e os caminhos para a inclusão e mobilidade social desses jovens.

METODOLOGIA

Diante da impossibilidade de realizar as entrevistas, devido ao prazo para liberação da pesquisa pelo comitê de ética, a metodologia adotada se concentrou numa análise crítica do conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu (2007) e do arcabouço teórico de Abdelmalek Sayad (1998) e sua aplicabilidade no contexto de educação técnica e inclusão social aplicadas a um estudo de caso sobre a segunda geração de migrantes.

Selecionamos para a análise o estudo de caso realizado por (Oliveira, 2012), considerando os descritores: filhos de imigrantes; latino-americanos, além de sua pertinência com a temática de nossa pesquisa. Apesar de não considerar especificamente a educação profissional tecnológica oferecida no ensino médio, o trabalho “A segunda geração de latino-americanos na Região Metropolitana de São Paulo” analisa a inserção e as condições de vida da segunda geração de imigrantes latino-americanos em São Paulo, com foco na geração 1.5 de crianças que migraram ainda pequenas e segunda geração, filhos de imigrantes nascidos no Brasil, com a realização de entrevistas qualitativas de alunos matriculados entre o nono ano do Ensino Fundamental e o terceiro ano do Ensino Médio de uma escola pública.

Ao desenvolver uma discussão teórica aprofundada sobre os conceitos, e sua relação com a mobilidade social de filhos de migrantes no contexto educacional brasileiro, pretendemos apresentar sua relevância para entender as dinâmicas ou problemáticas dos impactos dos processos migratórios na experiência educacional e social dos jovens migrantes e suas estratégias de resistência e afirmação cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo de caso foca em migrantes bolivianos, paraguaios e peruanos, identificando os desafios como a discriminação, barreiras de idioma e dificuldades de inserção econômica. Os resultados revelam que, embora muitos estudantes dessa geração aspirem à mobilidade social e à integração, enfrentam limitações, tanto institucionais quanto sociais, que impactam suas trajetórias educacionais e oportunidades no mercado de trabalho.

O estudo de caso se baseia na teoria da segunda geração e nas discussões sobre assimilação e adaptação, explorando as dinâmicas de integração da segunda geração em sociedades receptoras e especialmente a partir das condições socioeconômicas, do contexto de discriminação e da mobilidade social. A mobilidade social, é abordada conforme o conceito de capital cultural desenvolvido por Bourdieu (2007). No contexto educacional o papel das aspirações dos migrantes e suas famílias é sinalizado no estudo, apontando como a escola desempenha um papel central no desenvolvimento dos jovens migrantes, moldando suas aspirações e expectativas. A diferença entre as aspirações, ou seja, aquilo que desejam alcançar, e as expectativas de que aconteça, reflete o desafio entre a motivação pessoal e as barreiras estruturais encontradas.

Observou-se que em relação às possibilidades de carreira e inserção do mundo do trabalho, embora muitos jovens expressem aspirações de mobilidade social e objetivos de carreira ambiciosos, devido às dificuldades de inserção e as limitações de ascensão profissional enfrentadas por essa população, muitos desses jovens costumam se concentrar em nichos de mercado onde seus pais ou familiares já estão inseridos, como áreas de baixa remuneração e pouca estabilidade. Essa realidade, além de refletir a falta de oportunidades, mostra um padrão de continuidade intergeracional laboral, onde os filhos de imigrantes acabam ocupando postos similares aos dos pais, com poucas chances de progressão. Assim, o estudo evidencia a necessidade de políticas públicas que ampliem as oportunidades educacionais e profissionais para promover uma real inclusão social e econômica para essa população jovem de origem migrante.

CAPITAL CULTURAL E CONDIÇÃO MIGRANTE

As conexões entre Pierre Bourdieu (2007) e Abdelmalek Sayad (1998) são interessantes para uma reflexão sobre as desigualdades educacionais no con-

texto migratório. Sayad (1998) foi influenciado de maneira ímpar por Bourdieu (2007), com quem colaborou por muitos anos, e ambos se dedicaram a entender como as estruturas sociais reproduzem desigualdades. A teoria de Pierre Bourdieu (2007) e as reflexões de Sayad (1998) estão profundamente conectadas, especialmente quando se trata de analisar migração, educação e desigualdade social. E podem auxiliar no entendimento de como o sistema educacional, especialmente no ensino técnico, pode ser uma faca de dois gumes, servindo como um espaço de reprodução das desigualdades ou servir como um espaço de luta por reconhecimento e inclusão.

O conceito de capital cultural de Bourdieu (2007) oferece uma ferramenta analítica para entender como os jovens da segunda geração de migrantes estão posicionados na hierarquia social. Por outro lado, as reflexões de Sayad sobre a condição migrante ajudam a capturar as complexas dinâmicas identitárias e sociais que moldam suas trajetórias. Essas perspectivas, quando combinadas, são essenciais para explorar os desafios e as perspectivas de mobilidade social dos jovens da segunda geração de migrantes.

Ao estabelecer uma relação entre a teoria de Bourdieu (2007) e as reflexões de Sayad (1998) no contexto da migração e da educação, percebemos como os conceitos de capital cultural de Bourdieu (2007) e as análises de Sayad (1998) sobre a condição migrante oferecem um arcabouço teórico complementar e relevante.

Pierre Bourdieu desenvolveu o conceito de capital cultural para explicar como as classes sociais reproduzem suas posições na sociedade por meio da educação e outros mecanismos simbólicos.

Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar". (Bourdieu, 2007, p. 41).

O conceito de capital cultural, desenvolvido por Pierre Bourdieu (2007), tem sido amplamente utilizado para explicar como recursos culturais, como conhecimentos, habilidades e competências adquiridos através da educação e da socialização, que são valorizados numa sociedade, podem ser convertidos em vantagens sociais e econômicas, e influenciam as trajetórias escolares e o sucesso acadêmicos de indivíduos de diferentes contextos culturais e sociais.

Por sua vez, Abdelmalek Sayad (1998) argumenta que a experiência migrante é carregada de estigmas e desvalorização social, que se somando à desvantagem do capital cultural, agrava as desigualdades social e educacional. Essa situação afeta a maneira como os migrantes e seus descendentes percebem seu lugar na sociedade e, conseqüentemente, influencia suas aspirações e trajetórias educacionais.

[...] o, en otros términos, el hecho de no ser “nacional” del orden nacional en el cual la inmigración lleva a vivir y no vivir (debido a la emigración) en el orden nacional del cual se es “nacional”, es estar privado y privarse del derecho más fundamental, el derecho del nacional, el derecho a tener derechos, el derecho de pertenecer a un cuerpo político, de tener un lugar, una residencia, una verdadera legitimidad, es decir, el derecho de poder dar sentido y razón a su acción, a sus palabras, a su existencia; es el derecho de poder tener una historia, un pasado y um futuro y la posibilidad de apropiarse de ese pasado y ese futuro, la posibilidad de dominar esa historia. (Sayad, 2008, p. 105).

Para o jovem migrante, especialmente da segunda geração, o grande desafio é que há possibilidade de que seu capital cultural herdado, não corresponda ao que é valorizado no novo contexto social e escolar, gerando desigualdades na aquisição de capital educacional e conseqüente sucesso acadêmico.

REPRODUÇÃO DE DESIGUALDADES NO ENSINO TÉCNICO

A combinação das teorias de Bourdieu e Sayad oferece uma compreensão mais completa dos desafios enfrentados pela segunda geração de migrantes na educação, particularmente no ensino técnico. Embora o ensino médio técnico ofereça uma formação prática voltada para o mercado de trabalho, ele também pode reproduzir as desigualdades em várias dimensões.

A teoria de Pierre Bourdieu (2007) ajuda a entender como as diferenças no capital cultural e capital econômico entre os alunos influenciam suas oportunidades dentro desse sistema educacional, pois para ele o capital cultural consiste em um fator significativo para a permanência do estudante na escola e para a mobilidade social. O capital cultural seria o principal motivador da tendência que leva o sistema escolar incorporar a meritocracia à sua cultura.

No Brasil a etapa do ensino médio é marcada pelo baixo ingresso e evasão escolar, e as causas estão relacionadas a fatores sociais e econômicos, além de

dificuldades de ambiente escolar, portanto, a baixa presença de jovens migrantes no ensino médio brasileiro é um fenômeno multifacetado, resultante de uma combinação de fatores estruturais, econômicos, culturais e institucionais. Ao analisar as razões pelas quais apenas uma pequena parcela desses jovens alcança essa etapa da educação, é importante considerar diversos aspectos interrelacionados que dificultam o acesso e a permanência dos migrantes no ensino médio.

Estudantes migrantes, muitas vezes enfrentam dificuldades econômicas e sociais que os colocam em desvantagem em relação a alunos nativos. Situações de vulnerabilidade econômica, em famílias que enfrentam dificuldades em garantir condições básicas de sobrevivência, podem empurrar precocemente este aluno para o mercado de trabalho. A necessidade de contribuir com a renda familiar faz com que a educação formal seja relegada a segundo plano, dificultando o acesso e interrompendo a trajetória educacional.

Para muitas famílias migrantes, a escola pode parecer um luxo inacessível, visto que as demandas econômicas do presente imediato (trabalho, sustento, sobrevivência) frequentemente superam as perspectivas de longo prazo associadas à educação. Nesse sentido, o risco de trabalho infantil e as jornadas exaustivas de trabalho informal entre jovens migrantes são fatores que limitam suas oportunidades de completar o ensino fundamental e alcançar o ensino médio. Pode ser, ainda, que esses alunos não sejam direcionados para o ensino técnico por não ter orientação suficiente em relação às oportunidades oferecidas pelo sistema de ensino brasileiro, para uma inserção mais rápida no mercado de trabalho formal.

Por outro lado, é importante analisar que quando o ensino técnico se torna a única opção disponível, a segregação começaria na própria estrutura educacional, onde os alunos de famílias mais vulneráveis, incluindo migrantes, são frequentemente canalizados para cursos técnicos voltados para áreas de baixo status social e econômico, como indústria, serviços básicos e comércio. Reforçando a ideia de que esses jovens estão destinados a ocupar posições de trabalho de menor prestígio e remuneração no mercado de trabalho reforçando a posição subalterna de suas famílias no tecido social. Assim, esses alunos seriam direcionados para o ensino técnico não por escolha, mas pela falta de alternativas viáveis, como o ensino regular que lhes ofereceria uma formação mais ampla e preparatória para o ensino superior.

A formação técnica, focada em habilidades práticas e imediatas, muitas vezes não fornece o tipo de capital cultural valorizado nas esferas sociais mais elevada, e jovens migrantes que já possuem um capital cultural desvalorizado pelo país de acolhida (como conhecimentos e línguas de seu país de origem), encontram ainda mais dificuldades para integrar o sistema e alcançar mobilidade social. Eles podem ser educados para ocupar cargos de nível técnico, mas ainda ficariam longe de adquirir as habilidades simbólicas que permitiriam seu ingresso em posições mais prestigiadas e bem remuneradas. Assim, a educação técnica pode reforçar desigualdades ao focar em uma formação que, embora útil, limita as oportunidades dos alunos migrantes a setores profissionais de menor valorização social e econômica.

ENSINO TÉCNICO COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO E RESISTÊNCIA

Bourdieu argumenta que a educação, em vez de ser um espaço neutro de mobilidade social, pode funcionar como um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais, perpetuando as vantagens daqueles que possuem o capital cultural adequado. Para jovens migrantes, a educação pode ser um espaço de reprodução das desigualdades, uma vez que suas famílias podem não possuir os recursos culturais e econômicos que facilitam a trajetória no sistema educacional.

E provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamente tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade das desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. Justamente porque os mecanismos de eliminação agem durante todo o curso. (Bourdieu, 2007, p.41).

De acordo com Bourdieu (1986), o capital cultural pode ser distribuído de maneira desigual entre diferentes grupos sociais, refletindo as divisões de classe, gênero, raça e origem étnica. No contexto das trajetórias escolares, jovens de famílias com maior capital cultural tendem a encontrar mais facilidade para adaptar-se às normas, linguagens e expectativas das instituições educacionais, o que pode favorecer seu desempenho acadêmico.

No entanto, é crucial evitar interpretações deterministas desse conceito, especialmente ao abordar trajetórias escolares, e o capital cultural deve ser compreendido como um conjunto de recursos que interagem com diversos fatores sociais, estruturais e subjetivos, sem predeterminar de forma rígida os resultados educacionais de cada indivíduo.

Assim, tratar o capital cultural como um fator exclusivamente determinante implicaria ignorar as dinâmicas de agência individual e de resistência, bem como as mudanças estruturais nas próprias instituições educacionais. Como enfatiza Bourdieu: “o habitus não é um destino; [...] as disposições que ele constitui são apenas tendências que se realizam mais ou menos completamente dependendo das oportunidades oferecidas pela conjuntura” (Bourdieu, 1977, p. 83).

Por outro lado, Sayad traz à tona a ideia de que a educação também pode ser um espaço de resistência e afirmação identitária. Ao lidar com a marginalização e a invisibilidade social, as famílias migrantes e seus filhos desenvolvem estratégias de resistência, buscando formas de valorizar sua identidade cultural enquanto negociam as exigências do sistema educacional. Sayad (1998) identificou várias estratégias de resistência, que complementam a análise de Bourdieu (2007), mostrando que, embora os migrantes enfrentem grandes obstáculos, eles também constroem formas de lutar por inclusão e reconhecimento no novo contexto social.

Enquanto Bourdieu (2007) explica como o capital cultural limitado desses jovens pode restringir sua mobilidade social, Sayad (1998) oferece uma visão de como a condição migrante complica ainda mais essa situação, impondo barreiras adicionais relacionadas à identidade e ao pertencimento. Ambos concordam que, apesar dessas barreiras, há espaços de agência e resistência que podem ser mobilizados para desafiar as estruturas sociais e promover a inclusão.

Dessa forma, o ensino técnico pode também ser visto como um espaço de luta por inclusão e reconhecimento, especialmente quando olhamos pela perspectiva da resistência e da agência como sugere Sayad (1998). O processo de migração e adaptação à nova sociedade não é apenas de passividade diante das adversidades, mas também de agência e afirmação de identidade. As famílias migrantes, apesar de sua condição de desvantagem, frequentemente desenvolvem estratégias de valorização e resistência, buscando formas de usar a educação como um meio de ascensão social. A formação técnica pode ser percebida como uma via rápida para a inserção no mercado de trabalho, permitindo a jovens migrantes acessar empregos formais e, potencialmente, melhorar

a condição socioeconômica de suas famílias. Ao obter qualificações técnicas, esses jovens podem desafiar as expectativas sociais que os colocam à margem do sucesso educacional.

Além disso, o ensino técnico pode proporcionar um espaço onde os jovens migrantes tenham reconhecimento de seu valor no mercado de trabalho e ganhem maior visibilidade social. Embora a formação técnica possa inicialmente ser vista como uma limitação, ela também pode funcionar como uma ferramenta de afirmação de capacidades e habilidades, especialmente em setores em que há escassez de mão de obra qualificada, na qual esses jovens possam se destacar em áreas, nas quais suas habilidades práticas sejam valorizadas, utilizando o conhecimento técnico como uma forma de ganhar reconhecimento e visibilidade social.

O ensino técnico, se aliado a políticas inclusivas, pode se tornar uma ponte para a mobilidade social, especialmente se puder proporcionar o acesso a programas de estágio, mentorias e redes de apoio profissional. Ao criar conexões com o mercado de trabalho e integrar os jovens migrantes em redes profissionais, a formação técnica pode ajudar a romper ciclos de exclusão. No entanto, isso depende de políticas que garantam que o ensino técnico não seja um caminho sem saída, mas uma via de conexão com outras oportunidades, como a educação continuada e o ensino superior.

Para que o ensino técnico seja um espaço de inclusão e não de reprodução de desigualdades é necessário a implementação de políticas educacionais, que garantam que ele funcione como um mecanismo de inclusão social, com a elaboração de currículos culturalmente sensíveis que levem em conta a diversidade cultural dos estudantes migrantes e valorizem suas experiências e conhecimentos prévios, incluindo a língua e cultura de origem. A criação de programas de apoio específico, como reforço em língua portuguesa, orientação acadêmica e suporte psicológico, podem ajudar a integrar melhor esses alunos no sistema e combater a evasão, assegurando o acesso e a continuidade de formação dos jovens migrantes, do ensino técnico ao ensino superior, evitando que o ensino técnico seja um beco sem saída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação técnica no ensino médio para jovens migrantes, é um terreno ambíguo. Por um lado, ela pode reforçar desigualdades, canalizando esses estu-

dantes para ocupações de menor prestígio, sem o capital cultural necessário para uma mobilidade social significativa. Por outro lado, ela pode funcionar como um espaço de inclusão e resistência, especialmente se for integrada a políticas que promovam a valorização cultural, o suporte acadêmico e o acesso a novas oportunidades educacionais e profissionais. O potencial de transformação social dessa formação depende da maneira como ela é estruturada e de como os jovens migrantes podem utilizá-la para desafiar as limitações impostas por sua condição social.

A formação técnica oferecida no ensino médio pode servir tanto para reproduzir desigualdades sociais quanto para servir como um espaço de luta por reconhecimento e inclusão, dependendo de como é implementada e acessada pelos alunos, especialmente os jovens migrantes.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, A. et al. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, p. 487– 499, set. 2010.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. *A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, P.; SAYAD, A. *A dominação colonial e o saber cultural*. *Revista de Sociologia e Política*, n. 26, p. 41–60, jun. 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Lei do Novo Ensino Médio. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 fev. 2017.: <https://www2.camara.leg.br/legin/>

fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017784336publicacaooriginal-152003pl.html. Acesso em maio 2024.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Estabelece a Lei de Imigração e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: março 2023.

LANZA, L. M. B., & Rodrigues, J. R. (2019). O acesso ao trabalho de imigrantes na Região Metropolitana de Londrina-PR: divergências e convergências. TRAVESSIA - Revista Do Migrante, (86), 47–64. <https://doi.org/10.48213/travessia.i86.929>

OLIVEIRA, Gabriela Camargo de. A segunda geração de latino-americanos na Região Metropolitana de São Paulo. 2012. 213 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1618252>. Acesso em: 26 out. 2024.

OLIVEIRA, Leiry Kelly Silva; CRUZ, Raimunda Costa. Capital cultural e educação: uma análise da obra de Bourdieu. In: Encontro Cearense de História da Educação, 13.; Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação, 3.; Simpósio Nacional de Estudos Culturais e Geoeducacionais – SINECGEO, 3., 25 a 27 set. 2014, Fortaleza (CE). Anais... Fortaleza (CE), 2014. p. 1247-1255.

SAYAD, Abdelmalek. Sayad, Abdelmalek. Imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo, Edusp, 1998

_____. "Estado, nación e inmigración. El orden nacional ante el desafio de la inmigración". Apuntes de Investigación del CECYP, [S.l.], n. 13, p. 101-116, jun. 2008.